



Defensoria Pública
do Estado da Paraíba

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

PUBLICADO NO DIÁRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA.
NESTA DATA
EM 26 01 26
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

RESOLUÇÃO Nº 154/2026 - CSDP/PB

Aprova e define lista de comarcas de difícil provimento.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA - CSDP, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 26, inciso III, da Lei Complementar Estadual da Paraíba nº 104/2012, com atualizada pelas Leis Complementares nº 169/2021 e 207/2025, além do Art. 102 da Lei Complementar Federal nº 80 de 12 de janeiro de 1994, com alterações de alguns dispositivos e que deu outras providências, pela Lei Complementar Federal nº 132 de 07 de outubro de 2009;

Considerando que vários editais de transferência e vacâncias para as comarcas objeto da presente resolução foram desertos;

Considerando o que dispõe o § 1º do Art. 3º da Resolução 151/2025 – DPPB/CS de 30 de setembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Definir como de difícil provimento, nas hipóteses de acumulações, as seguintes comarcas:

- I – Núcleo de atendimento de Sousa;
- II – Pombal;
- III - São José de Piranhas;
- IV - São Bento;
- V – Teixeira;
- VI – Taperoá.

Parágrafo único: O(A) Defensor(a) Público(a) que desempenhar suas funções em alguma das comarcas de difícil provimento, como acumulação, fará jus à 4 (quatro) dias de licença compensatória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 147.2025.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, João Pessoa, 22 de janeiro de 2026.

MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública